



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo I: Justificativas

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço comum de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf é uma empresa pública de direito privado, de capital social pertencente integralmente à União e vinculada atualmente ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR. A companhia tem como missão “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais”, ou seja, não desempenha atividades com fins lucrativos, mas com finalidade socioambiental.

Ao longo de sua existência, a Codevasf vem atuando na revitalização das bacias hidrográficas, gestão dos recursos naturais, perímetros irrigados, apoio a arranjos produtivos locais, saneamento, pavimentação, ou seja, infraestrutura e desenvolvimento regional sustentável. Apesar das ações desenvolvidas pela companhia, verifica-se que boa parte dos municípios beneficiados ainda possuem baixos indicadores sociais, justificando, assim, ações permanentes de promoção econômico e social a fim de mitigar as desigualdades constatadas entre as diversas regiões do país.

Devido ao importante trabalho desenvolvido, a companhia passou, nos últimos anos, por uma ampliação considerável de sua área de atuação. Atualmente a Codevasf está presente atualmente em 36,6% do território nacional, atuando em 2.675 municípios, distribuídos por 15 estados e o Distrito Federal (Figura 02). Em consequência a essa ampliação, houve uma necessidade crescente aporte de recursos orçamentários, sendo este vindos tanto do Poder Executivo quanto do Congresso Nacional, por meio de emendas parlamentares.

Com o aumento da área de abrangência da 6ª SR, bem como do orçamento alocado, houve um incremento significativo de aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para doação, considerando que já não tínhamos espaço suficiente para acomodar as máquinas, equipamentos e materiais dos períodos anteriores, este ano não será possível acomodar todos no espaço atual, sendo necessário a construção destes pátios.

Tabela 01: Evolução orçamentária da 6ª SR.

	2018	2019	2020	2021
<i>Quantidades de municípios na área de atuação (Ref.: mês de JAN)</i>	27	147	147	205
<i>Orçamento recebido[R\$]</i>	R\$32.168.249,90	R\$ 130.254.574,90	R\$ 178.602.172,05	R\$ 291.707.498,90
<i>Valor destinados para bens para doação (reservatórios, máquinas, tubos e etc...)</i>	R\$ 6.774.263,56	R\$ 37.864.049,82	R\$ 24.762.522,71	R\$ 91.326.229,17

Fonte: 6ª GRG

Regime de execução

Empreitada a preço unitário: O pagamento será de acordo com as medições das parcelas/eventos concluídos após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro e cronograma de desembolso contratual poderão ser efetivadas sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso adotado e aceito pela Codevasf.

No caso de ocorrer antecipação da execução física dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura. Se para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os



percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento. Os percentuais máximos admitidos para pagamento dos eventos serão os indicados nos critérios de Pagamento.

Permissão de participação de Consórcios:

Não permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Permissão de participação de Cooperativas:

Não permitida. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

Desapropriação:

Não aplicável, tendo em vista que não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado:

Observando o princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas licitantes estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

Aprovação do Projeto Básico/Executivo e Planilhas Orçamentárias (Custo):

Aprovo o projeto executivo presente nesse Termo de Referência. Aprovo também os custos apresentados nas Planilhas Orçamentárias (Anexo VI), sendo condizentes com os de mercado e referenciados nas planilhas oficiais de custo, conforme Decreto no 7.983 de 08.04.2013, no valor R\$ 1.878.781,15 (um milhão e oitocentos e setenta e oito mil e setecentos e oitenta e um reais e quinze centavos) com data-base de março/2022.

Quantitativo mínimo para qualificação técnica:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento. Assim, foi solicitado a comprovação de que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços elencados no item 8.1.3.3 do TR no percentual de 40% (quarenta por cento) para alvenaria de vedação (muro), por atender as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não restringindo o caráter competitivo da licitação, em



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

consonância as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário - Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Foi solicitado que a licitante comprove a execução de edificação no percentual de 100% do quantitativo licitado, considerando ser uma área pequena, porém relevante para o objeto.

Licença Ambiental: Não aplicável